

Estado de Goiás

Polícia Militar

Academia de Polícia Militar

Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

Os anseios da Comunidade Universitária da
area social em relação as atividades da policia
militar do Estado de Goiás, nesta capital

Antônio Dias dos Santos

Milton Luiz Merlino Barbosa

Goiânia - 1995

Equipe: 1 - Antonio Dias dos Santos - CAP PMAM
2 - Milton Luís Merlino Barbosa - CAP PMAC

**OS ANSEIOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA ÁREA
SOCIAL EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES DA POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE GOIÁS, NA CAPITAL.**

**trabalho técnico-profissional (TTP)
apresentado como exigência do Curso de
Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO) à
Academia de Polícia Militar do Estado de
Goiás, sob a orientação do Sr. Maj. PM
Carlos Vieira de Brito.**

**Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás
Goiânia - julho de 1995**

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR

A P M
C A O

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprovou o trabalho técnico-profissional: Os Anseios da Comunidade Universitária da Área Social em Relação às atividades da Polícia Militar do Estado de Goiás, na Capital, elaborado pelos Oficiais-Alunos:

- 1 - Antonio Dias dos Santos - CAP PMAM
- 2 - Milton Luis Merlino Barbosa - CAP PMAC

Comissão Examinadora:

*Dedicamos a DEUS, por nos manter em graças,
às nossas famílias pelo apoio e compreensão, à
memória de nossos antepassados, à nossa tur-
ma, ao povo goiano que tanto nos acolheu, aos
oficiais e praças da Academia de Polícia Militar
e aos amigos Roger e Castro Junior.*

O conhecimento está a serviço da necessidade de viver, e, principalmente, ao serviço do instinto de conservação pessoal. E essa necessidade e esse instinto criaram, no homem os órgãos do conhecimento, dando-lhes o alcance que possuem. O homem vê, ouve, apalpa, saboreia e cheira aquilo que precisa de ver, ouvir, apalpar, saborear ou cheirar para conservar a sua vida.

Miguel de Unamuno

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO.....	06
I - COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	09
II - A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE.....	14
III - A POLÍCIA MILITAR E A ATUAL CONJUNTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA	17
IV - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	21
1- Desenvolvimento da pesquisa.....	21
2- Análise e interpretação de dados.....	22
a) Corpo Docente.....	23
b) Corpo Discente.....	29
- CONCLUSÃO - SUGESTÕES.....	36
- BIBLIOGRAFIA.....	40
- ANEXO.....	42

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho, além da fundamentação teórica, está calcado na leitura e na interpretação de uma vasta bibliografia sobre comunidade.

Definido o universo da pesquisa, ou seja, 2 (duas) universidades e 1 (uma) faculdade, elaboramos o formulário para o levantamento de dados sobre os anseios da Comunidade Universitária da área social em relação aos serviços prestados pela Polícia Militar do Estado de Goiás - PMGO - à sociedade goianiense. Com base nos objetivos e nas hipóteses definidos no projeto de pesquisa, bem como no conteúdo básico do trabalho, foi que redigimos este Trabalho Técnico Profissional.

Se o número de respostas não foi o que esperávamos, quando da aplicação de questionários, o resultado não deixou de ser expressivo, se considerarmos o costumeiro nessa modalidade de pesquisa. Além disso, na amostra incluíram-se as Universidades e a Faculdade que nos atenderam, ficando, assim, representados todos os seguimentos acadêmicos (federal e privado) de Goiânia.

A proposta básica deste nosso estudo está relacionada com a Comunidade Universitária, numa tentativa de sistematizar uma reflexão sobre a realidade da Polícia Militar e num esforço para, a partir dos subsídios fornecidos por um estudo exploratório, suportado numa pesquisa social, identificar as idéias e opiniões, voltadas à Segurança Pública, que aquela comunidade considera benéficas à sociedade de um modo geral. Visamos também colher, do seletivo grupo, sugestões a respeito de qual diretriz a PMGO deva seguir para melhor se integrar à sociedade goianense. Com isso somado ao esforço ora desenvolvido pela Corporação na superação dos obstáculos que, a seu nível de competência poderão ser suplantados, seguramente a PMGO estará galgando mais um degrau na escala que leva ao conhecimento amplo da Polícia Militar e seu constante aperfeiçoamento.

Sabe-se que as mutações sociais são uma constante procura de desenvolvimento à busca de novas experiências, expectativas de mudanças institucionais, com a participação efetiva dos diversos segmentos sociais, tendo como suporte e fim o atendimento aos anseios e aspirações populares.

A participação do homem na sociedade reflete a sua necessidade de realizar estas aspirações, qualquer que seja o seu grau, significado ou dimensão almejada.

Assim é que, a sobrevivência do homem no contexto social está dependente da existência e preservação de uma eficiente organização, caracterizada pelo estabelecimento de um sistema social que permita aos seus componentes a sobrevivência ou sujeição a normas, aos padrões sociais, entendidos como necessários, desejáveis e toleráveis.

É válido ressaltar que os anseios e aspirações da comunidade devem adequar-se às atividades dos órgãos públicos, buscando-se em última análise o bem estar social.

E necessário, portanto, que haja identidade de propósitos, cooperação mútua e evolução harmonizadora entre as instituições e a comunidade. As instituições têm de ser consideradas e sentidas como sendo o território do próprio organismo social a que pertencem, e assim considerarem-se.

Reconhecendo o caráter problematizante do conhecimento científico, decorre ser mister aceitar que tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Não há teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente. Isto é uma caracterização, não uma franqueza, o que fundamenta, ademais, a necessidade inacabável de pesquisar, seja porque nunca esgotamos a realidade, seja porque as maneiras como a tratamos podem sempre ser questionadas.

Estado do Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

I - COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O uso da denominação “Comunidade Universitária” é muito recente na história da educação brasileira, podendo-se até afirmar que só começou a se difundir nos anos após 1980.

Contudo, do total das universidades que hoje se denominam como “Universidades Comunitárias”, duas já existiam em 1946, quando no Brasil havia apenas sete universidades, e várias outras passaram a existir nos anos subsequentes. Todas estas universidades mereceram sempre, apesar das oscilações, o apoio técnico e financeiro do governo, em reconhecimento aos serviços que prestaram.

A denominação “Universidade Comunitária” passa a ser usada na medida em que os dois grupos de universidades - as confessionais e as de natureza fundacional - começaram a perceber que, no perfil das entidades que as compunham, havia um conjunto de características que, de uma parte, as diferenciava de outras instituições particulares pela especial dimensão pública que assumem e, de outra parte, estabeleciam uma identidade quanto ao modo como se organizam, como também quanto às propostas de atuação que as animam.

O documento intitulado Universidade Comunitária: Um modelo alternativo representa um esforço na tentativa de sistematizar informações e caracterizar um gru-

particulares pela especial dimensão pública que assumem e, de outra parte, estabeleciam uma identidade quanto ao modo como se organizam, como também quanto às propostas de atuação que as animam.

O documento intitulado *Universidade Comunitária: Um modelo alternativo* representa um esforço na tentativa de sistematizar informações e caracterizar um grupo de universidades que desempenham funções e serviços identificados como de caráter público.

O objetivo principal era provocar um debate entre as vinte instituições numa tentativa de levá-los a traçar os seus perfis de identidade, através da descrição de seus características e peculiaridades de seus serviços.

A questão de caracterizar o que seja uma Universidade Comunitária e uma Universidade Confessional ainda é polêmica e necessita estudos aprofundados.

Aflora, hoje, com grande intensidade e em todas as sociedades, a importância do poder local. Na Europa, por exemplo, a redescoberta do poder do município está na ordem do dia e tem contribuído para a reconquista de espaços comunitários fundamentais, sobre os quais vai-se assentando uma nova pedagogia do Saber Coletivo. É interessante notar como este tipo de saber, fonte de um tipo de poder recriado, refeito, enseja o alargamento da percepção e a assunção de responsabilidades sociais intransferíveis, mas que foram esquecidas ao longo do tempo. Por outro lado, é a partir deste saber redescoberto que se avança na direção de uma participação coletiva sem limites.

Temas de Educação Comunitária ajudam a descortinar o grande horizonte das potencialidades coletivas e, portanto, contribuem para aguçar a percepção em termo de novas possibilidades do poder de comunidade. Ao invés de continuar a delegar poderes educativos a uma estrutura única, verticalmente hierarquizada e

Estado do Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

“A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.”¹

Todas as pessoas que vivem em uma comunidade são atores cotidianizados. A vida é seu palco e o trabalho anônimo e, muitas vezes, inespecializado, é a peça que apresentam.

Porque trabalham, estas pessoas possuem um certo tipo de saber que se nutre da informalidade do seu labor aos códigos legais. A contabilidade oficial não o reconhece ou, ao menos, não o nomeia como importante contributo para o produto interno bruto do país. E, no entanto, este quefazer cotidiano constitui a própria vida das pessoas.

É o cotidiano de nossa Comunidade que os torna tão parecidos entre si. Sobre tudo por aquilo que elas não têm: condições de vida digna e níveis de competição social aceitáveis.

O conformar diário de nossas Comunidades não é rotina, é luta, trabalho, busca da reinvenção da própria vida, ameaçada pelas restrições do meio. É esta busca que estabelece o ritmo comunitário e fixa os contornos de um caminho que as levam à sobrevivência. Nesse sentido, considerar nossas Comunidades passivas ou inertes é não lhes conhecer o horizonte das lidas de cada dia.

A comunidade é um ente amorfo e disforme. Possui um semblante do tamanho de suas aspirações e com as cores do quadro de pobreza em que vivem. Como ente coletivo, a comunidade resulta da soma de indivíduos. Cada um deles, dependendo do avanço que tenha realizado como ser social, sabe e sente que tem um

¹ HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972, p.17.

A comunidade é um ente amorfo e disforme. Possui um semblante do tamanho de suas aspirações e com as cores do quadro de pobreza em que vivem. Como ente coletivo, a comunidade resulta da soma de indivíduos. Cada um deles, dependendo do avanço que tenha realizado como ser social, sabe e sente que tem um compromisso histórico com seus parceiros comunitários. Este compromisso chama-se a construção social da consciência coletiva. Tal construção viabiliza-se, precisamente, pelo trabalho diário que realizado coletivamente, é, também, coletivamente significador.

O trabalho em nossas Comunidades é, assim, uma categoria significativa fundamental e transforma, por isso, o cotidiano em uma verdadeira pedagogia. Ora, se a consciência humana, construída no processo da história, é produto do trabalho, a construção social desta consciência faz-se, igualmente, no e pelo trabalho. É nesta moldura que se emerge a relevância do cotidiano de nossos alunos dentro das Universidades, como uma espécie de quadro de vida dentro da qual se albergam as motivações pessoais comunitárias. Sem dúvida, é na vida cotidiana que cada um investe a plenitude aspectual de sua individualidade.

Uma “Comunidade Universitária” que avança sob a ótica de uma consciência social tende sempre a aproximar as motivações pessoais das motivações sociais, como forma de desacordar o estado de inércia e de desarticulação, muitas vezes, meios de bloqueio do crescimento comunitário.

Cada indivíduo põe, “em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixão, idéias, ideologias,”² na vida cotidiana. Desta forma, o cotidiano é o palco de trabalho de cada um e, por isso, ele não SIGNIFICA, apenas, enquanto expressão de um “quefazer” institucionalizado, codificado em linguagem formal, mas, igualmente, enquanto manifestação de ações individuais e grupais que transcendem o casulo

² *Idem*, p. 17.

institucional e se incorporam no mundo histórico de uma construção social localizada (A Comunidade).

O cotidiano de nossas Comunidades, sejam elas universitárias ou não, tem uma "Lácies" plural, sustentada por um substrato diversificado e culturalmente heterogêneo. E é precisamente nesta heterogeneidade que reside a grande encruzilhada da educação, por exemplo. Com efeito, não se pode transferir a setorialização do saber escolar, da cultura escolar e da organização escolar para uma setorialização da realidade. Esta realidade chama-se COTIDIANO, verdadeira teia de relações complexas, que tem, no trabalho, o elemento de articulação homogeneizante.

No cotidiano aqui referido, tudo se passa com simplicidade, sem linguagens esotéricas, sem código secreto e sem a hegemonia dos que dominam o saber escolar. As ações de cada um e da Comunidade como um todo refletem as motivações de todos os dias e da vida toda que, embora pegada de apreensões, desliza fluente na pluma dos dias e na serenidade do conformar diário.

Foi neste contexto da comunidade, em especial a Universitária, que encontramos respostas das mais variadas para que pudéssemos formular nossa proposta de trabalho. Embasados nos anseios desta Comunidade, em relação aos serviços prestados pela PMGO, em Goiânia, foi, como se falou, que se desenvolveu a pesquisa descritiva.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

II - A POLÍCIA MILITAR E A COMUNIDADE

É necessário examinar as tarefas legislativas, procedimentos regulamentares e judiciais que possam ser delegados a outros serviços jurídicos e sociais ou organizações comunitárias ou compartilhar com os mesmos.

A comunidade é definida como um grupo relativamente pequeno de pessoas que vivem em determinada zona ou que estão ligadas por mútuos interesses.

Ao se mencionar a “Comunidade Universitária” como um segmento social capaz de transmitir seus anseios em relação aos serviços prestados pela PMGO, realça a dimensão da comunidade organizada mediante a multiformidade do uso de suas potencialidades sócio-políticas. Nesta direção, deve-se detectar uma gama de mediações que se estende da produção do saber local à congestão de um tipo de poder nascente que nutrido pela cotidianidade dos indivíduos desaguará no município. Aqui, edifica-se o centro de gravitação dos anseios mais legítimos de democracia participativa. Ainda é no município que os diferentes grupos sociais deixam a contramão das opções estranhas e encontram a inteira identificação das propostas políticas com a especificidade das aspirações comunitárias.

A questão do “poder local”, por outro lado, ganha, nesta pesquisa, um tratamento especial à medida que assume a perspectiva de liberdade das forças sociais

emergentes e desponta, por isso, como energia nova e solucionadora que afasta a manipulação e agrega a direção consciente da vontade coletiva a um projeto de participação irradiante.

E é a partir daí que a Polícia Militar do Estado de Goiás deve assumir, tão pronto quanto possível, o lugar que lhe é próprio no contexto social.

Esta é uma experiência que requer dos profissionais do campo, oficiais e praças, a consciência lúcida de uma nova mentalidade.

Como entidade que compõe o quadro das instituições do País, o conjunto das PM deve ser renovado em termos empresariais, e como verdadeiras empresas destinadas a prestação de serviços no campo de segurança, elas não podem ficar atreladas a partidos políticos, organismos ou credos que representam setores ou interesses de grupos.

A atividade policial exige, a se julgar pelos dados relativos ao momento presente, consciência profissional, atuação verdadeiramente científica, independência ou autonomia face à política partidária.

A inobservância deste e de outros requisitos tornam impossível para as PM, individualmente e como um todo, obter respeito, a confiança e a autorização definitivas para, em curto espaço de tempo, marcar lugar e atender a uma missão correspondente.

Óbices e dificuldades de toda ordem podem ser apontados.

Em primeiro lugar aparece o equívoco da fidelidade ao passado.

Recordando gloriosas missões muitos apregoam a manutenção ou preservação de padrões comportamentais, métodos e técnicas outrora utilizadas, além de outras exigências que não passaram de puro saudosismo.

O passado pode e deve ser cultivado. Os grandes homens e seus feitos não são coisas perdidas, pelo contrário, homens e feitos dignos de lembranças são fontes permanentes de estímulo.

Um outro reparo feito por muitos que vivem apegados ao passado diz respeito a eventuais compromissos assumidos com homens públicos, os quais posteriormente as provas de apoio, corresponderam de modo efetivo, proporcionando à força policial de então, recursos e proteção política. Tal atitude prova de maneira clara e insofismável uma situação de fato que nos propomos combater: a subordinação do organismo policial a homens, a partidos ou a interesses particulares.

Se a PMGO pretende dar cumprimento efetivo à missão que lhe cabe de fato e de direito, deve então propugnar por uma doutrina de emprego, à luz do qual e em nome dos interesses da comunidade de Goiânia - polícia com "P" maiúsculo - possa gozar da confiança da comunidade que dela espera ansiosamente.

III - A POLÍCIA MILITAR E A ATUAL CONJUNTURA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Quase que unanimemente é patenteado que uma força policial não pode desempenhar suas funções com êxito sem apoio da população a quem presta serviços. Em algumas regiões, o papel da polícia não é definido claramente e, também, existe o problema de que o público não compreende plenamente a finalidade e as funções da polícia, o que acarreta um efeito negativo, nas relações da polícia com a comunidade. Como consequência, vários organismos policiais preparam programas destinados a fomentar um maior diálogo entre policiais visíveis nas suas atividades especiais de educação pública, por intermédio de organizações comunitárias e escolares. Incutindo na população a idéia de que a polícia é parte da comunidade e não será separada dela, e que a maior parte do tempo de um policial é consumido em tarefas orientadas para a prestação de serviços à população, mais que na aplicação das leis. Todavia, não se deve permitir que esses serviços se preocupem por demais em melhorar a imagem da polícia do que criar melhores vias de comunicação com os cidadãos.

A partir dos últimos anos, o problema agravou-se mais com o surgimento do episódio conjuntural, batizado nos meios de comunicação de massa com o nome de violência urbana, caracterizado pela elevada incidência de crimes violentos, sobre-

tudo nas megalópolis, enquanto que, no plano social, grossava o desemprego, a inflação, a recessão, a migração e uma série de outros distúrbios sócio-econômico.

De início, o fenômeno caracterizou-se pela incidência criminal em si e o seu destaque nos meios de comunicação de massa, abrangendo os pontos mais distantes do território nacional.

Por outro lado, podemos chamar de crítico-analítica, pois, foi marcada pela mobilização da sociedade, em todos os níveis, manifestação cientistas sociais, juristas, autoridades e do povo em geral, num esforço de identificação das causas do fenômeno e das providências necessárias para sua minimização.

Atualmente, os setores envolvidos estão procurando corrigir as distorções existentes, aumentando a própria ineficiência, concentrando esforços na erradicação das causas da violência e insegurança. É uma fase que se pode chamar de corretiva. É assim que devem ser entendidas as medidas governamentais no sentido de convocar um "Mutirão contra a Violência", a nova legislação sobre armas, sobre os crimes do "whait-collor", a destinação de maiores e mais amplos recursos para a Segurança Pública, a retomada do crescimento econômico, incluindo a Segurança Pública entre as prioridades governamentais e, sobretudo, as últimas medidas adotadas pelo governo para a área social, de grande efeito no campo da Segurança Pública, pela contribuição à tranquilidade que trará ao indivíduo e à sua família.

Sabe-se, no entanto, que a Polícia Militar tem procurado difundir, por todos os meios ao seu alcance, a visão que está sendo desenvolvida a respeito do fenômeno da violência urbana, com base na sua experiência multissecular de instituição mantenedora da Ordem Pública. Tem-se empenhado não só na pesquisa das causas da violência, mas também em apontar os caminhos que se julgam acertados para a solução do grave problema.

O objetivo principal não está em ampliar a área de atuação das polícias militares ou extinguí-las. A singularidade está em encontrar o assentamento de modos e definição de papeis, para atender à correção do que deve cercar o trabalho de polícia.

E, é neste sentido de utilidade pública, que as polícias militares devem se firmar e pelo valor inestimável da sua função social, que devem ser queridas pela sociedade.

Assim sendo, a Segurança Pública passou a ser serviço essencial à sociedade que, ao lado do perigo real e iminente, parece ter nítida síndrome de insegurança, oriunda da divulgação do medo natural que a todos atinge.

É preciso impedir a dispersão de esforços e corrigir desvios, para que o trabalho produzido resulte em mais segurança.

É fundamental que haja flexibilidade na aplicação dos meios disponíveis, não estando tais meios, no todo ou em parte, atrelados a mecanismos que atendam a outros interesses distanciados da prevenção.

A função precípua das polícias militares é a prevenção. Em atividade indispensável do exercício da ação da polícia exige preparação específica que, consubstanciada por uma mentalidade voltada para a consecução desse interesse produz resultados esperados.

É para a prevenção que as polícias militares devem canalizar todos os seus recursos e potencialidades. Exercida esta função na sua plenitude estarão resgatadas não apenas o respeito da comunidade, mas, acima de tudo, a confiança indispensável a um trabalho propício profícuo de sentido social.

Posto que a lei deve vir ao encontro das aspirações sociais e adequar-se aos fatos humanos, cabe ao interprete, principalmente, a tarefa de humanizar a lei e ajustá-la à realidade social.

Todavia, o que está se passando, é uma fase de expectativas inusitadas, de transferência de poder político, impostas pelas pressões da própria sociedade, na ânsia de encontrar as condições para a sua convivência equilibrada. É natural que este momento de instabilidade produz efeito em todos os níveis da ordem social e afete particularmente a ordem pública.

Entende-se que o verdadeiro ambiente de segurança é obtido pela combinação do aspecto objetivo, que é a ausência real de riscos, desiderato dos órgãos de defesa social, e pelo aspecto subjetivo, definido como crenças nessa ausência real de risco, a ser reforçada junto ao corpo social.

Acima de quaisquer interesses classistas, a Polícia Militar do Estado de Goiás quer que prevaleça o interesse público, o bem da coletividade, cujo anseio maior é superar a criminalidade e a violência, que tanto constrangimento tem trazido à comunidade goiana.

IV - FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

1- *Desenvolvimento da pesquisa*

A presente pesquisa desenvolveu-se com base em levantamento de dados coletados, através da aplicação de questionários, cujos resultados foram tabulados, analisados e interpretados, caracterizando numa pesquisa descritiva quantitativa.

População e Amostra

A amostra da pesquisa foi retirada de numa população composta de professores e alunos da área social envolvendo 2 (duas) universidades e 1 (uma) faculdade, desta Capital.

Foi elaborado um questionário padronizado com 11 (onze) perguntas e distribuídos a um universo de 400 (quatrocentas) pessoas, dos quais retornaram 344 (trezentos e quarenta e quatro) respondidos, o que corresponde a 86% (oitenta e seis por cento) do universo.

Dos 120 (cento e vinte) questionários enviados ao corpo docente, retornaram 104 (cento e quatro) respondidos, correspondendo a 85,7% (oitenta e cinco virgula sete por cento).

A pesquisa teve, como se sabe, objetivo avaliar o ponto de vista da comunidade universitária em relação aos serviços prestados pela PMGO, bem como, os anseios dessa comunidade para uma melhor integração junto à comunidade goianien-
se.

Análise e Interpretação de dados

As tabelas que se seguem, estão especificadas em dois grupos distintos: corpo docente e corpo discente.

Tabela 01: Universo de respostas da amostra pesquisada.

Pesquisados	fi	fpi
Corpo docente	104	30,2
Corpo discente	204	69,8
T o t a l	344	100,0

Fonte: própria

Comentários da tabela 01

A tabela 01 representa o quantitativo dos pesquisados ao instrumento de coleta de dados distribuídos, representando 30,2 (trinta vírgula dois por cento) de integrantes do corpo docente e 69,8 (sessenta e nove vírgula oito por cento), de integrantes do corpo discente. Só foram recolhidos os dados à partir dos questionários que retornaram respondidos.

a) - *Corpo Docente*

Tabela 02: Residência dos pesquisados.

Localidade	fi	fpi
Goiânia	104	100,0
Interior de Goiás	00	00,0
Outro Estado	00	00,0
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 02

A presente tabela demonstra que todos os pesquisados (corpo docente) residem em Goiânia perfazendo portanto 100% (cem por cento).

Tabela 03: Índice do corpo docente que tem conhecimento das atividades exercidas pela PMGO em prol da sociedade goianiense.

Respostas	fi	fpi
Sim	72	69,2
Não	00	00,0
Mais ou menos	32	30,8
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 03

A tabela 03 demonstra que a maioria dos professores pesquisados, 69,2% (sessenta e nove vírgula dois por cento), conhecem o trabalho realizado pela PMGO em prol da sociedade goianiense, enquanto que 30,8% (trinta vírgula oito por cento), não tem convicção desse trabalho desenvolvido, levando a crer que apenas ouviram dizer que a PMGO desenvolve ações em benefício a sua comunidade. Nenhum professor afirma desconhecer totalmente as atividades que a PMGO desenvolve junto a comunidade .

Tabela 04: Visão dos pesquisados sobre a integração da PMGO com a comunidade goianiense

Respostas	fi	fpi
Muito integrada	08	7,7
Integrada	24	23,1
Pouco integrada	40	38,5
Não há integração	32	30,7
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 04

Pela presente tabela observa-se que apenas 7,7% (sete vírgula sete por cento), dos pesquisados consideraram a PMGO muito integrada com a comunidade Goianiense; 23,1% (vinte e três vírgula um por cento), consideraram a PMGO integrada à comunidade; 38,5% (trinta e oito vírgula cinco por cento), a maioria, consideraram uma integração razoável e 30,7% (trinta vírgula sete por cento) acharam que não existe nenhuma integração.

Tabela 05: Dificuldades de integração da PMGO com a comunidade.

Respostas	fi	fpi
Divulgação negativa pela imprensa	16	15,4
Desconfiança do povo	32	30,8
Desinteresse da PM	00	00,0
Omissão pela imprensa dos fatos positivos	56	53,8
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 05

53,8% (cinquenta e três vírgula oito por cento), dos professores pesquisados, ou seja, a maioria, acharam que a falta de divulgação pela imprensa, dos fatos positivos à imagem da PM é que motiva a dificuldade de integração com a comunidade; 30,8 (trinta vírgula oito por cento), acharam que o povo não confia na PM; 15,4% (quinze vírgula quatro por cento), acharam que o motivo da dificuldade da integração é a constante divulgação pela imprensa, dos fatos negativos à imagem da PM. Nenhum professor pesquisado atribui um motivo a falta de interesse pela PM nesse fator de integração.

Tabela 06: Se a PMGO conseguiria angariar mais respeito da comunidade se ela prestasse, continuamente, algum serviço social

Pesquisados	fi	fpi
Sim	88	84,7
Não	00	00,0
Talvez	16	15,3
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 06

A tabela 06 mostra que 84,7% (oitenta e quatro vírgula sete por cento) dos pesquisados acharam que se a PM desenvolvesse continuamente o seu trabalho, um serviço social ela angariaria maior respeito da comunidade; 15,3% (quinze vírgula três por cento), acharam que se ela voltasse para o serviço social, talvez angariaria um maior respeito. Ninguém respondeu negativamente.

Tabela 07: Se considera a PM uma necessidade social básica.

Respostas	fi	fpi
Sim	104	100,0
Não	00	00,0
Talvez	00	00,0
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 07

Ficou evidenciado que todos os pesquisados consideraram a Polícia militar uma necessidade social básica, ou seja, 100% (cem por cento)

Tabela 08: Se considera o policiamento ostensivo (trânsito, rodoviário, florestal, rádio patrulhamento, bancário, escolar), como um serviço social prestado pela PM à comunidade.

Pesquisados	fi	fpi
Sim	88	84,7
Não	16	15,3
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 08

A maioria dos professores pesquisados, perfazendo 84,7% (oitenta e quatro vírgula sete por cento) responderam que “sim” à pergunta se consideram q execução do policiamento ostensivo geral como um serviço social prestado pela PM à comunidade; Apenas 15,3% (quinze vírgula três por cento), responderam “não”.

Tabela 9: Os serviços sociais que a Polícia poderia prestar à sociedade goianiense, com a finalidade de uma maior integração.

Pesquisados	fi	fpi
Intensificação do policiamento ostensivo	16	15,4
Assistência à comunidade carente	08	7,7
Trabalhos com fins educativos e informativos	40	38,5
Maior comunicação entre PM e sociedade	16	15,4
Outros	24	23,0
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 09

A tabela 09, demonstra que os pesquisados variaram as suas respostas quando indagados. A maior parte dos pesquisados, 38,5% (trinta e oito vírgula cinco por cento), acharam que a PM poderia desenvolver um trabalho com fins educativo e informativo para o público externo; 15,4% (quinze vírgula quatro por cento), responderam que a PM deveria intensificar o policiamento ostensivo (escolar, bancário e trânsito); 15,4% (quinze vírgula quatro por cento), acharam que deve ser implantado um trabalho que divulgue à sociedade, as suas ações; 7,7% (sete vírgula sete por cento), manifestaram que a Polícia Militar deveria prestar assistência à comunidade carente e 23,0% (vinte e três por cento), deram opiniões variadas.

Tabela 10: A quem deveriam ser prestados os serviços.

Alternativas	fi	fpi
Counidade carente	00	00,0
Crianças abandonadas	00	00,0
Comunidade em geral	104	100,0
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 10

Constata-se pela tabela 10, que todos os docentes consultados foram unânimes em achar que os serviços prestados pela PM visando uma maior integração junto à sociedade, devem abranger a comunidade de um modo geral, perfazendo os 100% (cem por cento).

Tabela 11: Sugestões a respeito do que a PMGO possa fazer em prol da comunidade goianiense.

Sugestões	fi	fpi
Intensificação do policiamento geral	48	46,8
Desenvolver serviços de relações públicas	24	23,1
divulgação dos direitos do cidadão	16	15,4
Divulgação de suas ações	08	7,7
Outros	08	7,7
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 11

A tabela 11 representa as variadas sugestões apresentadas pelos docentes pesquisados, sendo que 46,1% (quarenta e seis vírgula um por cento) sugeriram que a Polícia Militar deveria intensificar o policiamento ostensivo geral; 23,1% (vinte e três vírgula um por cento), manifestaram que deveria desenvolver um serviço de relações públicas; 15,4% (quinze vírgula quatro por cento), acharam que a PM deveria divulgar ao público externo os direitos do cidadão; 7,7% (sete vírgula sete por cento), acharam que as ações policiais deveriam ser divulgadas para a sociedade; 7,7% (sete vírgula sete por cento), apresentaram sugestões variadas.

b) - *Corpo Discente*

Tabela 12: Residência dos pesquisados.

Localidade	fi	fpi
Goiânia	224	93,3
Interior de Goiás	16	6,7
Outro Estado	00	00,0
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 12

Conforme a representação da tabela acima, 93,3% (noventa e três vírgula três por cento) são residentes nesta Capital, e 6,7% (seis vírgula sete por cento) residem no interior de Goiás.

Tabela 13: Índice do corpo discente que tem conhecimento das atividades exercidas pela PMGO em prol da sociedade goianiense.

Respostas	fi	fpi
Sim	72	30,0
Não	24	10,0
Mais ou menos	144	60,0
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 13

Nota-se que 30,0% (trinta por cento), responderam que conhecem as atividades exercidas pela PMGO em prol da sociedade goianiense; 10,0% (dez por cento), não conhecem nenhuma atividade. A maioria, ou seja, 60,0% (sessenta por cento), conhecem pouco essa atividade.

Tabela 14: A visão dos pesquisados sobre a integração da PMGO com a comunidade goianiense.

Respostas	fi	fpi
Muito integrada	00	00,0
Integrada	96	40,0
Pouco integrada	136	56,7
Não há integração	08	3,3
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 14

Configura na tabela 14 que nenhum aluno pesquisado considera a PMGO muito integrada com a comunidade goianiense; 40,0% (quarenta por cento), acharam que existe integração; 56,7% (cinquenta e seis vírgula sete por cento), ou seja, a maioria, acharam que existe pouca integração e 3,3% (três vírgula três por cento), responderam que não há nenhuma integração entre PMGO e a sociedade.

Tabela 15: Dificuldades de integração da PMGO com a comunidade.

Respostas	fi	fpi
Divulgação negativa pela imprensa	56	23,3
Desconfiança do povo	72	30,0
Desinteresse da PM	08	3,3
Omissão pela imprensa dos fatos positivos	104	43,4
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 15

A tabela 15 mostra que 23,3% (vinte três vírgula três por cento), atribuíram que a divulgação negativa pela imprensa das atividades da PM é que motivam a dificuldade da integração com a comunidade; 30,0% (trinta por cento), manifestaram que o povo não confia na PM; Uma pequena minoria, 3,3% (três vírgula três por cento), acharam que a Corporação não se interessa por essa integração, e a maioria, ou seja, 43,4% (quarenta e três vírgula quatro por cento) responderam que o motivo de falta de integração é a omissão da imprensa de ações positivas da PMGO.

Tabela 16: Se considera que a PM conseguiria angariar mais respeito da comunidade se ela prestasse, continuamente algum serviço social.

Respostas	fi	fpi
Sim	192	80,0
Não	16	6,7
Talvez	32	13,3
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentários da tabela 16

A maior parte dos pesquisados, 80,0% (oitenta por cento), julgaram que se a PMGO prestasse continuamente algum serviço social, angariaria maior respeito da

sociedade; 6,7% (seis vírgula sete por cento), responderam que “não”, e 13,3% (treze vírgula três por cento), manifestaram que talvez angariaria mais respeito com atividades paralelas no campo social.

Tabela 17: Se Considera a PM uma necessidade social básica.

Respostas	fi	fpi
Sim	224	93,3
Não	16	6,7
Talvez	00	00,0
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 17

A tabela acima, mostra que quase todos os alunos universitários pesquisados, 93,3% (noventa e três vírgula três por cento), considera a Polícia Militar uma necessidade social básica, e apenas uma minoria de 6,7% (seis vírgula sete por cento), manifestaram desconsiderar a PM como uma necessidade social básica.

Tabela 18: Se o policiamento ostensivo (trânsito, rodoviário, florestal, rádio patrulhamento, bancário, escolar), é visto como um serviço social prestado pela PM à comunidade.

Pesquisados	fi	fpi
Sim	200	83,3
Não	40	16,7
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 18

83,3% (oitenta e três vírgula três por cento), dos alunos pesquisados vêem a PMGO na execução do policiamento ostensivo geral, como um serviço social prestado à comunidade, e somente 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento), manifestaram opinião contrária.

Tabela 19: Os serviços sociais que a Polícia poderia prestar à sociedade goianiense, com a finalidade de uma maior integração.

Pesquisados	fi	fpi
Intensificação do policiamento ostensivo	64	26,6
Serviço de relações públicas	24	10,0
Assistência a idosos e deficientes	24	10,0
Integração com a comunidade	16	6,7
Divulgação de suas ações	16	6,7
Intensificação do policiamento escolar	16	6,7
Assistência ao menor abandonado	8	3,3
Proferir palestras educativas	16	6,7
Outros	56	23,3
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 19

A tabela acima apresenta uma variedade de respostas, sendo que dos pesquisados verifica-se que: 26,6% (vinte e seis vírgula seis por cento), manifestaram que no campo social a PM deveria intensificar seu policiamento geral; 10,0% (dez por cento), disseram que falta um serviço de relações públicas; 10,0% (dez por cento), acham que com uma assistência maior as pessoas idosas e deficientes haveria uma maior integração com a comunidade; 6,7% (seis vírgula sete por cento), responderam que a PM deveria desenvolver mecanismos voltados para a integração com a comunidade, onde houvesse intercâmbio entre essas partes; 6,7% (seis vírgula sete por cento), acham que a PM deveria divulgar para a sociedade, as suas ações, tanto internas quanto externas, utilizando os meios de comunicação de massa; 6,7% (seis vírgula sete por cento), manifestaram que essa integração aumentaria, se a PMGO intensificasse o policiamento nas portas de colégios e faculdades, onde disseram que tal policiamento está deficiente, face a alta criminalidade nesses locais; 6,7% (seis vírgula sete por cento), manifestaram que falta a PMGO através de seus órgãos de relações públicas, proferir palestras com fins educativos para a população; 3,3%

(três vírgula três por cento), dos pesquisados atribuíram a falta de integração a ausência de um serviço voltado à assistência do menor abandonado. Foram mencionadas diversas causas, não sendo portanto possível catalogá-las individualmente, ficando 23,3% (vinte e três vírgula três por cento), das opiniões enquadradas no item “outros” desta tabela.

Tabela 20: Estes serviços deveriam ser prestados, principalmente:

Alternativas	fi	fpi
Comunidade carente	08	3,3
Crianças abandonadas	16	6,7
Comunidade em geral	216	90,0
T o t a l	240	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 20

Verifica-se pela presente tabela que uma menoria de 3,3% (três vírgula três por cento), acharam que a PMGO deveria estender os serviços com fins de integração, junto a comunidade carente; 6,7% (seis vírgula sete por cento), responderam que os serviços de integração com a comunidade deveriam ser direcionados às crianças carentes e a maioria, ou seja, 90,0% (noventa por cento), julgaram que esses serviços de integração devem ser para a comunidade em geral.

Tabela 21: Sugestões a respeito do que a PMGO possa fazer em prol da comunidade goianiense.

Sugestões	fi	fpi
Intensificação do policiamento geral	56	23,3
Intercâmbio PM/sociedade	32	13,3
Rapidez nas chamadas para atendimento de ocorrências	24	10,0
Divulgação de suas ações	24	10,0
Visita aos quartéis	16	6,7
Extensão dos serviços de saúde à população	08	3,4
Serviços de relações públicas	24	10,0
Outros	56	23,3
T o t a l	104	100,0

Fonte: própria

Comentário da tabela 21

Conforme a tabela acima, 23,3% (vinte e três vírgula três por cento), sugeriram que a PMGO poderia intensificar o seu policiamento proporcionando mais segurança à população; 13,3% (treze vírgula três por cento), responderam que a PMGO deveria manter ativamente, um intercâmbio com a sociedade; 10,0% (dez por cento), manifestaram que a PMGO deveria divulgar à população, as suas ações e atividades diárias; 10,0% (dez por cento), também sugeriram mais agilidade nas chamadas de emergências; 10,0% (dez por cento), acham os serviços de relações públicas da PMGO deficiente, sugerindo um investimento nessa área; 6,7% (seis vírgula sete por cento), manifestaram que a PMGO deveria abrir os seus portões para as visitas das pessoas de diferentes classes e essas visitas seriam acompanhadas de palestras e outras apresentações; Uma minoria de 3,4% (três vírgula quatro por cento), sugeriram à PMGO estender os seus serviços da área de saúde à população carente e 23,3% (vinte e três vírgula três por cento), sugeriram as mais variadas atividades para a PMGO desenvolver em prol da comunidade.

CONCLUSÃO - SUGESTÃO

A indicação de meios, estratégias e métodos de pesquisas disponíveis para a montagem deste trabalho, poderão contribuir para a confecção de novos trabalhos que eventualmente venham a surgir no tocante ao mesmo assunto. E essa expectativa levou-nos a focar a assimilação de conceitos básicos necessários àqueles que se interessarem em descobrir novos rumos que levem a PMGO a se aperfeiçoar no sentido de tornar mais segura a sociedade goianiense em relação aos serviços prestados a ela.

A sociedade atual aspira por uma maior participação na administração dos assuntos públicos que lhe dizem respeito, sobretudo nos referentes à segurança, no sentido de que cada cidadão possa contribuir de maneira eficiente para o atingimento do bem estar social. Há na comunidade uma preocupante necessidade de cooperação de todos os seus membros para que se sintam em segurança. Por isso, a atuação da PMGO não pode apartar-se desses problemas da comunidade, onde deve influir e ser influenciada, participar com seus serviços e inserir-se nas relações de interesse dessa mesma comunidade.

A comunidade tem um anseio e uma aspiração comum que é viver em segurança e a Polícia Militar do Estado de Goiás, inserida neste contexto, vinculada a esses anseios, não pode permanecer isolada, mas integrar-se à comunidade no aten-

dimento as suas reivindicações mais justas, e, assim, atingir seus objetivos finalísticos de proteger, socorrer e reconduzir num processo sistemático e dinâmico de atuação permanente.

Ao fazer a análise da pesquisa, afloriu um fato importante: em parte a Polícia Militar é desconhecida da comunidade goianiense a que serve. Exatamente essa Corporação que é íntima parcela constitutiva da comunidade e que tem convergido todos os seus esforços, suas energias para o cumprimento de sua missão constitucional - Preservação da Ordem Pública; exatamente, essa Corporação que, com tradição e experiência de atividade de proteção e socorro, prima pelo aprimoramento de seus integrantes, profissionalizando-os intensivamente, numa busca constante da diminuição do crescente índice de criminalidade, que permeia e preocupa a rotina da vida diária da comunidade goianiense.

É do desconhecimento da comunidade o empenho na condução dos problemas de Segurança Pública. A participação comunitária se restringe à utilização dos serviços prestados pela Corporação sem a devida avaliação dos esforços desenvolvidos para proporcioná-las, permitindo que o cidadão se sinta em segurança para produzir. Os problemas de Segurança Pública têm sido uma via de mão única para a PMGO. Não se concebe a não participação da comunidade nesse esforço. O ambiente de segurança não se exaure no aspecto objetivo da segurança na colocação do homem na sua ostensividade, mas se completa na eliminação da latente insegurança vivida pelo cidadão goianiense, na superação dos obstáculos que impedem o clima de tranquilidade pública.

Deixa-se claro que o desconhecimento é profundo e não superficial, visto que a comunidade percebe a atuação da Corporação isolada e em conjunto, mas não se aproxima, não soma esforços, não participa e nem recebe estímulos para participar.

Verificou-se também na análise dos diversos aspectos que envolvem a atuação da Polícia Militar a evidência de que, em sua maioria, os cidadãos reconhecem que a PMGO conduz e soluciona seus problemas atendendo-o como deseja, mas mantém uma distância inconcebível, que impede um maior diálogo, uma integração mas propícia à discussão dos problemas, uma interação que aproxime, redundando numa imagem mais permanente, positiva daquela atuação, e, não simplesmente, ações isoladas, que embora positivas, às vezes deixam alguns resquícios negativos, a manter, a ceder lugar ao preconceito de prepotência, arrogância, excesso de autoridade, má educação, ou simplesmente a imagem despreparada do policial militar para aquele fim, incidindo sobremaneira no todo da Corporação, mantendo distorcida a sua imagem.

Ficou patenteado na pesquisa, a necessidade de se repensar quanto a imagem da Corporação em função do seu esforço desenvolvido para seu aprimoramento visando sempre seus objetivos finalísticos de proteção e socorro, os quais tem sido a essência de todos os seus anseios.

Numa tentativa de chegar ao necessário, sugerimos:

- 1 - veiculação de imagens positivas da atuação da PMGO junto à comunidade visando fortalecer e consolidar a Instituição Policial Militar;
- 2 - conscientizar a opinião pública da exata compreensão das atividades da Corporação, buscando, assim, a integração, a cooperação, a solidariedade e o apreço da comunidade;
- 3 - incentivar ações comunitárias de entidades públicas ou privadas que tenham por objetivo trazer benefícios à comunidade como um todo;

4 - desenvolver no policial militar o interesse pelo seu aprimoramento profissional, com ênfase na sua formação humanística e na importância social de seu trabalho;

5 - desenvolver pesquisas de opinião pública sobre os problemas de Segurança Pública de interesse mediato e imediato da comunidade;

6 - procurar desenvolver medidas e mecanismos que visem a internalizar no homem a preocupação com os valores da Corporação como suporte às suas ações isoladas perante à comunidade.

Ficou ressaltado na pesquisa os índices de preocupação da comunidade no sentido de que a PMGO tenha mais equipamentos e melhores salários para o aprimoramento da atuação dos integrantes da Corporação, isto demonstra o reconhecimento e conhecimento pela comunidade dos problemas da Polícia Militar do Estado de Goiás.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

BIBLIOGRAFIA

- 1 - BORDENAVE, Juan Diaz. O que é participação? São Paulo: Brasiliense, Col. Primeiros Passos, 3. ed., 1985.
- 2 - CASTRO, Ana Maria e DIAS, Edimundo F. Introdução ao pensamento sociológico, Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1976.
- 3 - FERNANDES, Florestan. Comunidade e sociedade. Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional, 1973.
- 4 - FERREIRA, Francisco de Paula. Teoria social da comunidade. São Paulo: Herder, 1968.
- 5 - GALLIANO, A. Guilherme. Introdução à sociologia. São Paulo: Hasper and Row do Brasil, 1981.
- 6 - GODOY, Rodrigo Vera. Experiência de planejamento educativo comunitário. (Informe para a Unesco). Santiago do Chile: 1979.
- 7 - HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- 8 - HOFFMANN, Wrich. Problemas e perspectivas da participação popular no poder local. In: Democracia feita em casa. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.
- 9 - RIGOL, N. Sociologia do terceiro mundo. Petrópolis, Vozes, 1972.
- 10 - TRUGILLO FERRARI, Afonso. Metodologia da pesquisa científica. São Paulo: Mcgraw-Hill do Brasil, 1982.
- 11 - SALVADOR, Ângelo Domingos. Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica. 11. ed., Porto Alegre: Sulimar, 1982.
- 12 - SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora e Autores Associados, 1982.

- 13 - SOLOMON, D. V. Como fazer uma monografia: elementos de metodologia do trabalho científico. 4. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1974.
- 14 - KRECH, David. O indivíduo na sociedade - um manual de psicologia. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1975.
- 15 - FREDERICK, Glen. Psicologia social das organizações. 2. ed., v. b4. Rio de Janeiro. Zahar, 1983.
- 16 - BLALOK, II. M. Intrudução à pesquisa social. 2. ed. RJ. Zahar, 1978.
- 17 - MARTIN, Roderick. Sociologia do poder. 2. ed. RJ. Zahar, 1978.
- 18 - DOMNICI, V.L. A polícia como função social, como instituição social e como profissão. OAB, 1981.
- 19 - VILELA, Almir Chagas. Pesquisa-imagens da polícia. Departamento de comunicação e ciências sociais. UFPR. Grupo de planejamento setorial, Paraná, 1976.

ANEXO

ESTADO DE GOIÁS
POLÍCIA MILITAR
A P M
C A O

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Senhores(as), o presente questionário tem por objetivo colher subsídios para a execução de um trabalho monográfico, exigido para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAO, da Academia de Polícia Militar da Polícia Militar do Estado de Goiás, Sobre o tema: "OS ANSEIOS DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA ÁREA SOCIAL EM RELAÇÃO ÀS ATIVIDADES DA PMGO, NA CAPITAL". Elegemos para a coleta de dados, esta área universitária, onde fervilham idéias de mudanças sociais necessárias à melhoria da vida humana e das instituições. Por isso agradecemos sua valiosa colaboração.

IDENTIFICAÇÃO

- Assinale a alternativa correta:

2. O Sr(a) pertence ao :

a.() Corpo Docente

b.() Corpo Discente

1. O Sr(a) reside:

a.() Em Goiânia

b.() Interior de Goiás

c.() Outro Estado

3. O Sr(a) Tem conhecimento das atividades exercidas pela PMGO em prol da sociedade goianiense?

a.() Sim

b.() Não

c.() Mais ou menos

4. Quanto a integração com a comunidade goianiense, o Sr(a) considera que a PMGO é :

a.() Muito integrada b.() Integrada

c.() Pouco integrada. d.() Não há integração

5. O que o Sr(a) considera que dificulta a integração da PMGO com a comunidade?

- a.() A constante divulgação, pela imprensa, de fatos negativos à imagem da PM
- b.() O povo não confia na PM
- c.() A PM não se interessa por isso
- d.() A falta de divulgação, pela imprensa, de fatos positivos à imagem da PM

6. O Sr(a) considera que a PM conseguiria angariar mais respeito da comunidade se ela prestasse, continuamente, algum serviço social?

- a.() Sim
- b.() Não
- c.() Talvez

7. O Sr(a) considera a Polícia Militar uma necessidade social básica?

- a.() Sim
- b.() Não

8. O Sr(a) vê a execução do policiamento ostensivo geral (trânsito, rodoviário, florestal, radio patrulhamento, bancário, escolar), como um serviço social prestado, pela Polícia Militar, à comunidade?

- a.() Sim
- b.() Não

9. Quais os serviços sociais que a PM poderia prestar à sociedade da capital do Estado, com a finalidade de uma maior integração?

10. Estes serviços deveriam ser prestados, principalmente:

- a.() Comunidade Carente
- b.() Crianças abandonada
- c.() Comunidade em geral

11. Dê outras sugestões a respeito do que a PMGO possa fazer em prol da comunidade de Goiânia.

Goiânia-GO, dede 1995.